

O CONVÍVIO COM A INCLUSÃO E A INCLUSÃO EM CONVÍVIO: UMA ANÁLISE SOBRE OS RUMOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO EDUCACIONAL ATUAL

Maria Gizélia da Silva Pinheiro¹
Emídio Pereira Maravilha²
Gidelma Abreu de Moraes³
Yana Patrício Miranda⁴
Fábio Ferreira Lopes⁵

INTRODUÇÃO

Discutir direitos na sociedade não é recente, é algo que tem perpassado as diferentes épocas e contribuído para as transformações sociais ao longo da história da humanidade. Não obstante, o movimento da inclusão tem acarretado múltiplas discussões nos cenários, sócio, políticos e educacionais.

Entre as principais alterações feitas em relação às políticas de educação inclusiva, cabe destacar o modelo homogeneizador da escola, a proposta de transmutação da escola regular em escola especial, os investimentos adicionais destinados aos alunos identificados com necessidades educacionais especiais e a falta de apoio e formação aos professores aos quais é confiada a tarefa de a todo custo, incluir.

O presente trabalho, almeja em suma, despertar em todos os sujeitos envolvidos na busca por uma educação inclusiva um olhar mais minucioso sobre o que realmente tem impedido a efetivação dessa modalidade educativa, e por meio deste salientar que a educação inclusiva não resume-se apenas em ter acesso a mesma.

É bem sabido, que a tarefa de promover a inclusão requer dos professores uma maior competência profissional e que impliquem em um maior comprometimento por parte destes em assegurar a obtenção das competências básicas por meio de diferentes propostas e alternativas inclusivas, quanto aos horários, materiais e estratégias de ensino estabelecidas no currículo escolar.

¹Graduada pelo Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas de Patos - FIP, gizelia_silv@hotmail.com;

²Graduado pelo Curso de História das Faculdades Integradas de Patos - FIP, emidiomaravilha@yahoo.com;

³Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, gidelmaabreudemorais@yahoo.com.br;

⁴Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, yanapmiranda@yahoo.com;

⁵ Professor orientador: Graduado e Pós-graduado pelo Curso de Letras das Faculdades Integradas de Patos - FIP e Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, fabio.ferreiralopes@hotmail.com;

METODOLOGIA

Para a construção desse trabalho foi realizado um estudo bibliográfico, caracterizando-se na organização do sistema de ensino de acordo com a política nacional de educação especial, visando às condições de acesso ao espaço, recursos pedagógicos e a comunicação que favorecem a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças de forma a atender as necessidades educacionais dos alunos. Será sistematizado para a construção de materiais pedagógicos de apoio que venham a auxiliar na preparação das ações desenvolvidas, bem como o uso de tecnologias assistivas e outros recursos necessários que possa favorecer o processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais. Buscando compreender o universo do aluno com deficiência com seus direitos legais e dignos de ocupar um espaço educacional aos quais podem beneficiar-se de construção de conhecimentos para um futuro de oportunidades, levando em consideração sua aprendizagem de forma significativa. Com a proposta de se criar um núcleo de apoio especializado, local que promove a construção de conhecimentos no qual os alunos com deficiência se sintam inseridos no contexto institucional e, sobretudo, estejam apoiados em práticas pedagógicas as quais possam atender as necessidades especiais de cada aluno.

DESENVOLVIMENTO

Discutir sobre a implementação e validação de Políticas Públicas Inclusivas é algo emergente, pois é cada vez mais comum deparar-se com alunos com necessidades educativas especiais inseridos em escolas comuns e totalmente desassistidos. E com a inconformidade externada por muitos profissionais ligados à educação em relação ao fazer inclusivo.

Muitos profissionais envolvidos com a educação tem delegado o atraso na adoção de propostas educacionais inclusivas a obstáculos que se permeiam em duas vertentes: a vertente humanos e a vertente material.

Humanos, no sentido de muitos professores se sentirem despreparados em termos de formação. E materiais com relação à estrutura das próprias escolas, que em sua maioria, em nada se adequam as necessidades da clientela que necessita ser assistida.

Todavia é notório que muitas dessas mudanças precisam de apoio financeiro que nesse caso competiria, as elites governamentais. Que por sua vez, deixam muito a desejar quando se remetem apenas ao teor da lei.

Conforme Barroso (2003) ressalta “[...] a escola exclui porque não deixa entrar os que estão fora” o que se caracteriza na desigualdade de oportunidades, como os fatores econômicos, culturais e sociais atrelados à hierarquização do sistema educacional.

A constituição de 1988 assegura com legitimidade a todas as crianças brasileiras o direito a singularidade, levando em consideração o discurso do respeito às diferenças, dentro do contexto educativo, instituindo como um dos princípios do ensino a igualdade de condições de ingresso e permanência na escola no (art. 206, inciso I) que elenca a cidadania e a dignidade da pessoa humana como preceitos fundamentais assegurando o direito a promoção do bem geral, sem discriminação ou qualquer tipo de preconceito seja de raça, cor, sexo, religião. O que é melhor reforçado na Declaração de Salamanca que preceituou, em 1994:

[...] todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir todas as crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas, ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. As escolas tem que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que tem deficiências graves.

As leis que asseguram o direito a inclusão são claras, mas infelizmente as mesmas por si só não garantem a efetivação dos direitos dos que necessitam serem incluídos. Existe uma serie de fatores dissonantes na validação e seguridade destas leis.

Diante dos acontecimentos que marcaram a evolução e a condução das políticas de Educação Especial no Brasil é possível perceber a existência de entraves ou resistências o que acarreta num certo distanciamento entre o que as leis asseguram e o que de fato esta acontecendo diante da proposta de educação inclusiva.

Como ressalta Rodrigues (2003, p. 91-92):

Assim, a escola foi (é?) uma fonte de exclusão para muitos alunos que, quase sempre, viram confundidos com “falta de motivação”, “indisciplina” ou “ falta de inteligência” a incompatibilidade entre seus valores, ritmos e interesses com os que eram veiculados na escola.

Desse modo, ao se pensar essa inclusão é importante refletir acerca do que é incluir dentro de uma sociedade excludente. A escola é entre outras coisas, parte de uma sociedade

complexa regulada por leis que na maioria das vezes, não foram formuladas pensando no bem comum, o que acaba favorecendo a minoria.

Segundo Foucault (2002, p. 44), “Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter e modificar a apropriação dos discursos, com saberes e poderes que eles trazem consigo”.

A escola deve tomar iniciativas que denote o quão à mesma tem interesse em promover a inclusão. Reunindo os professores e a comunidade escolar e permitindo por meio de uma conversa informal que os mesmos exponham suas expectativas e dúvidas com relação à inclusão.

Desse modo, o professor se vendo diante da tarefa de promover a inclusão não se sentiria sozinho e incapaz, mas disposto e comprometido.

Aprender é uma ação criativa, individual, heterogênea, e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. São as diferenças, ideias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e clareiam o entendimento dos alunos e professores. Essa diversidade deriva das formas singulares de nos adaptarmos cognitivamente a um dado conteúdo e da possibilidade de nos expressarmos abertamente sobre ele. (MANTOAN, 2007, p. 20)

É precípuo que a escola reveja que postura esta assumindo em relação ao desafio de tornar-se inclusiva, pois cabe à mesma preparar cidadãos plenos, e conscientes do lugar/ espaço que ocupa na sociedade.

Todavia é preciso indagar-se se a mesma esta caminhando rumo ao propósito de criar um paradigma educacional inclusivo, ou meramente acolhedor. E se este se embasa em condutas coletivas colaborativas, envolvendo todos os sujeitos ligados a comunidade escolar, e se tem proporcionando uma maior flexibilidade da oferta educativa, possibilitando reais oportunidades, a alunos com necessidades educacionais especiais, de acesso e permanência na escola.

A participação da comunidade escolar seria de grande relevância para o levantamento de prioridades educacionais, contribuindo na elaboração de um Projeto Político Pedagógico e de um Currículo Escolar democrático participativo e que comungasse com os interesses de todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta de criação de um núcleo de apoio especializado nas instituições de ensino superior busca melhorar a condição de vida acadêmica da pessoa com deficiência e sistematizar uma ação curricular para atender as necessidades específicas do aluno de acordo com cada deficiência, no qual a prática pedagógica deve ser organizada para atender as necessidades do aluno na finalidade de complementar/ou suplementar, de forma bastante dinamizada e contextualizada. A função do núcleo é identificar e construir novos recursos pedagógicos e acessibilizar de todas as formas possíveis, uma prática de ensino que possa beneficiar os discentes, como também possa quebrar todas as barreiras que venha permitir ao discente com deficiência de ter sua autonomia e participação nos espaços institucionais.

Todas as instituições de ensino Superior devem se organizar para a implantação de um núcleo de apoio especializado, centros especializados, ou até mesmo o AEE- Atendimento Educacional Especializado, pois a educação especial determinada como uma modalidade de ensino que alcança todos os níveis, etapas, se disponibilizando de vários recursos e serviços que venham favorecer a educação dos discentes com deficiência. Sendo assim, o atendimento especializado necessita ter um processo educativo com uma atuação bem ampla, onde seu currículo deve ser organizado de maneira que venha a beneficiar todos os discentes no seu desenvolvimento diante das práticas, atendendo então as necessidades de cada um. Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas instituições já oferecem um grande apoio e acesso à educação inclusiva, porém algumas delas ainda não estão preparadas para receber alunos com deficiência de maneira satisfatória, diante da necessidade muitos alunos com deficiência não chega às universidades por não conhecer a acessibilidade da própria universidade, ou, seja, o que vem a desistir de entrar no ensino superior, perdendo a oportunidade de mostrar sua capacidade como ser humano. Uma limitação não impede que a pessoa seja capaz de seu próprio desenvolvimento. Para que isso não aconteça, é preciso haver transformação com direito de atender as necessidades daqueles alunos com deficiência que estão se preparando para entrar

nas instituições de ensino Superior. O núcleo especializado fará toda a diferença no sentido do processo de inclusão, como também dar apoio aos professores que se sentirem inseguros de desenvolver sua prática pedagógica.

Nessa perspectiva, o núcleo de apoio especializado busca intervir, de uma forma específica, nas transformações individuais do aluno e pretendendo estimular o mesmo a elevar sua autonomia diante do contexto institucional e social. Portanto, família, instituição e sociedade devem contribuir no processo de fortalecimento para a valorização da diversidade humana.

É necessário que os professores colaborem para fazer um trabalho acadêmico em conjunto com pais, especialistas e com os próprios alunos, sabendo que todos os alunos podem aprender a utilizar todos os meios ao alcance de todos que tenham êxito. Não é tarefa fácil conciliar o ensino com as diferenças a ser enfrentadas no cotidiano, porém não é impossível, por isso a grande importância da participação de todos.

Palavras-chave: Efetivação. Políticas Públicas. Inclusão. Formação.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michael. **História da Loucura**. Trad. José Teixeira Coelho Netto. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2002.

BARROSO, João. **Fatores Organizacionais da exclusão escolar**. In Rodrigues, David. *Perspectivas sobre a inclusão: Da educação à Sociedade*. Porto: Porto Editora, 2003.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília:CORDE,1994.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A deficiência mental**. Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP/SEED, 2007.

RODRIGUES, David. **Perspectivas Sobre a Inclusão, da Educação à Sociedade**. Porto Editora, dez\2003.